



Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: Uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde

**José Júlio César do Nascimento Araújo¹
Elder Andrade de Paula²**

Resumo

O presente artigo busca apresentar um olhar sobre a dinâmica do desenvolvimento, dito sustentável, implantado em cidades amazonenses. Analisa-se com mais profundidade o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (PZFV), pretendendo fazer uma reflexão acerca do modelo de política de desenvolvimento sustentável pelo uso da gestão de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais, numa busca para aliar eficiência econômica, sustentabilidade de recursos naturais e valorização do homem por meio da cidadania dos povos tradicionais e indígenas. O estudo visa, sobretudo, analisar a contribuição das políticas de desenvolvimento implementadas no âmbito do Programa Zona Franca Verde na melhoria na qualidade de vida das populações tradicionais no Amazonas.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas, Zona Franca Verde, Desenvolvimento na Amazônia.

Recebimento: 17/5/2009 • Aceite: 29/7/2009

1 Mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre, professor da rede pública de ensino do Acre e do Amazonas, especialista em Gestão de Políticas Públicas. End: Travessa da Amizade, 191, Bairro 25 de agosto, CEP 69980-000, Cruzeiro do Sul, AC, Brasil. E-mail: amadeus13julio@gmail.com

2 Professor Adjunto da Universidade Federal do Acre e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

New forms of development of Amazon: A reading the actions of Green the Zona Franca Program

Abstract

The present article searches to present a look on the dynamics of the development, said sustainable, implanted in amazonenses cities. The Program of Development Integrated and Sustainable of the State of Amazon - Green Zona Franca is analyzed with more depth (PZFFV), intending to make a forest reflection about the model of politics of sustainable development for the use of the management of farming systems of production, fishing boats and, in a search to unite economic efficiency, support of natural resources and valuation of the man by means of the citizenship of the traditional and aboriginal peoples. The study it aims at, over all, to analyze the contribution of the implemented politics of development in the scope of Green the Zona Franca Program in the improvement in the quality of life of the traditional populations in Amazon.

Keywords: Public politics, Green Zona Franca, Development in the Amazônia.

Introdução

Esse mundo visível é o que é, e nossa ação sobre ele não poderá nunca transformá-lo em outro. Sonhamos então, nostálgicos, com um universo em que o homem, em vez de agir com tanta fúria sobre a aparência visível, se dedicasse a desfazer-se dessa aparência, não somente recusando qualquer ação sobre ela, mas desnudando-se o bastante para descobrir esse lugar secreto, dentro de nós mesmos, a partir do qual seria possível uma aventura humana de todo diferente. (Jean Genet In: O ateliê de Giacometti)

Este artigo é fruto de nossas recentes pesquisas sobre as políticas públicas do Governo do Estado do Amazonas para desenvolvimento, dentre as quais se assinala o Programa Zona Franca Verde. Todos estes programas justificam-se, sobre tudo, em função da crescente demanda do interior por alternativas de desenvolvimento que se rivalizem as oferecidas pelo Pólo Industrial de Manaus (PIM). Ocorre que na esteira do modelo de desenvolvimento Pólo Industrial de Manaus, vieram problemas das mais diversas esferas, que permeiam as áreas social, educacional, cultural e econômico, entre outros, e sua resolução é vital para o fortalecimento da economia do interior. O Programa Zona Franca Verde envolve ações diretamente relacionadas com a geração de emprego e renda, aliadas a preservação e conservação da natureza.

Com base nos resultados divulgados pelas secretarias de governo envolvidas o Programa Zona Franca Verde tem atingido seus objetivos, proporcionando desenvolvimento auto-sustentado. No entanto, é visível que será necessário ainda muito mais trabalho, pois constatamos alguns entraves para o desenvolvimento do interior que ainda não foram solucionados como: a logística de transporte da produção rural do interior para a capital, o armazenamento ineficiente desta produção, a regularização fundiária e os problemas agrários no sul do Estado.

Quando nos propomos a discutir um programa de “Desenvolvimento” devemos está atentos aos jogos ideológicos e simbólicos que cingem, contaminam e cercam estas propostas a priori iluminadas que pretendem resolver percalços e gargalos históricos, provocados pelo crescimento econômico ou pela ausência deste. Explicitaremos, primeiro os períodos anteriores, e em seguida a

situação apresentada e como o desenvolvimento do interior está sendo enfrentado no programa Zona Franca Verde (PZFV).

O Amazonas: um brevíssimo reconhecimento

No Amazonas ocorreram vários programas de desenvolvimento desde o grande *boom* de crescimento da economia vivenciado durante o período áureo da borracha e sua estagnação em 1950. No estado, antes da Zona Franca de Manaus, a principal receita provinha da atividade agropecuária e do extrativismo da juta e da borracha. Hoje, o modelo econômico, é a indústria de bens finais, baseado numa matriz de importações e incentivos fiscais. Este modelo, nunca surtiu e nem hoje demonstra os efeitos esperados no crescimento do estado. O que transformou o interior em bolsões primitivos de miséria.

Mas, como o modelo Zona Franca de Manaus, é exigente em competitividade, tecnologia e capital, necessita-se de um ordenamento da cadeia produtiva para a substituição, implementação, e correção dos entraves ao crescimento provocados pelo modelo Zona Franca e sua possível perenização. Hoje, a estratégia do Estado do Amazonas é o crescimento de uma economia mais interiorizada, baseada nas potencialidades regionais, para gerar emprego e renda, juntamente com o setor industrial de Manaus.

Após o ano de 1998, o governo luta pela efetivação de três grandes eixos que atravessam pelo estado para integrá-la região Norte esta quase no fim: o Norte (sob influência da BR-174), o Noroeste (sob influência da BR-319 e a Hidrovia do Madeira, em direção ao Acre e Rondônia e ligação com o resto do país) e um corredor natural, o Rio Amazonas, que promove uma integração inter e intra regional além de abrir acessos aos mercados internacionais.

Além disso, a implementação do Centro de Biotecnologia do Amazonas, a construção do terminal graneleiro que visa escoar, através do município de Itacoatiara, a soja proveniente do norte do Mato Grosso, e implantação de balizamento e viabilidade da navegação eletrônica pelo Rio Madeira pretendem eliminar gargalos e apoiar infra-estruturas eficazes e capazes de atrair empreendimentos e novas oportunidades de negócios.

Do ponto de vista ambiental, é o Estado brasileiro que possui o maior número de unidades de conservação sob jurisdição do poder público, são 29 unidades (Agência de Floresta, 2007), cobrindo uma área maior que 11,48% de áreas protegidas em relação a superfície total do Estado. O que é um risco e uma possibilidade com a Lei de Florestas Públicas (Lei 11.284/06).

Em 2006, o Estado do Amazonas teve receita tributária em torno de R\$ 5 bilhões (Sindifisco/AM, 2007). Mesmo com a crise em 2008, o saldo da balança comercial do estado, bateu recorde, recolhendo mais de R\$ 4,9 bilhões (SEFAZ/AM, 2008). Esta arrecadação apesar de sua regressão em comparação com 2007, permite ao Amazonas sonhar com projetos ambiciosos e faraônicos, já em execução, como a Ponte Manaus – Iranduba com 3,5 Km de extensão, que faz parte do sonho de construção de uma região metropolitana no Amazonas. Outro projeto de grande repercussão em escala regional, já planejado e em processo licitatório, é a Interligação Elétrica Tucuruí - Manaus – Macapá e o gasoduto Coari-Manaus que são substanciais para o desenvolvimento. Estas obras beneficiam algumas microrregiões, por exemplo, a do Madeira, Médio – Solimões, Rio Negro, Coari e de Manaus e deixam sem saídas plausíveis as do Juruá, do Purus e da Boca do Acre.

Para o governo, desenvolver a cadeia produtiva é a única possibilidade de indução do crescimento no interior, o que implica impactos ambientais, sociais e conflitos agrários, antes mesmos econômicos. Discutiremos, agora, como chegamos a este mosaico que está posto acima para entender como o caso do Amazonas é emblemático para representar este processo de ocupação da Amazônia pelo capital.

Revisitando o final do século XX no Amazonas: O Terceiro Ciclo e o desenvolvimento do interior

Nos anos 90, impregnados do insucesso do desenvolvimento em municípios interioranos, tão evidentes após a criação da Zona Franca de Manaus, os governos amazonenses, tentaram modificações no posicionamento das políticas públicas, rumo à incorporação e o desenvolvimento das microrregiões. Porém, é notório que a criação do parque industrial e a expansão do comércio da Zona Franca de Manaus alavancaram a economia amazonense, possibilitando de certa forma a integração com a economia nacional e internacional. Entretanto, com o parque industrial na cidade de Manaus, como afirma Bentes (1993), houve um esvaziamento do interior (migração crescente de trabalhadores rurais para a capital) e uma acentuada estagnação do setor agrícola do Estado, frustrando a expectativa criada inicialmente pelo modelo de desenvolvimento Zona Franca.

No final do século XX, o Terceiro Ciclo, criado no Amazonas, tentou corrigir estas disparidades regionais dentro do estado. Tal programa de desenvolvimento foi idealizado pelo governo do estado do Amazonas na gestão de Amazonino Mendes. Seu objetivo era

desenvolver economicamente o interior do Estado, criando condições para que o homem do interior permanecesse produzindo gêneros agrícolas de grande importância para o abastecimento da capital e proporcionando a geração de emprego e renda. Desta forma, no imaginário do governo, como assevera Bentes (1983), isto possibilitaria a regressão do quadro de imigração em massa das populações do interior para a capital, contribuindo assim para a integração da economia do Estado e elevando a qualidade de vida.

Mas, os objetivos do governo para interiorizar o desenvolvimento frutaram-se, e com elas as ações planejadas que incluíam incentivos a produção agrícola através da distribuição de implementos agrícolas e financiamentos da produção agroindustrial; melhoria do sistema de transporte, recuperando e abrindo novas estradas; construção de novos aeroportos e mantendo os já existentes; Construção e reforma de escolas e hospitais; incentivo ao turismo a indústria pesqueira, ao pólo petrolífero e de gás natural; melhorias na oferta de energia do interior por meio da eletrificação rural; e finalmente a criação do terminal graneleiro que visa escoar através do município de Itacoatiara a soja proveniente do norte do Mato Grosso, e implantação de balizamento e viabilidade da navegação eletrônica pelo Rio Madeira (SEPLAM,1998). Por meio destas ações o governo visava à geração de renda no interior e contenção do êxodo rural.

Segundo Bezerra (1998), o Programa Terceiro Ciclo não possuía sequer um documento básico que estabelecesse as premissas indispensáveis a qualquer projeto como objetivo, público alvo, metas e suporte financeiro. Outra questão evidenciada nos relatórios de gestão do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM,1997), diz respeito a gestão dos recursos destinado ao financiamento dos projetos. Com base no relatório observa-se que em 1997 foram contratados 6.334 projetos no valor de R\$ 25.621.676, entretanto, tinha-se programado 14.346 projetos no valor de R\$ 58.257.745, portanto não foi utilizado nem 50% do recurso disponível.

Não havia no contexto do Programa Terceiro Ciclo, uma programação sistêmica do desenvolvimento local com fins integrados e sustentáveis. A proposta populista não melhorou o sistema educacional, a saúde, a habitação e não fortaleceu a produção, pois não incentivou a criação de uma infraestrutura capaz de subsidiar o desenvolvimento induzido estatalmente em longo prazo.

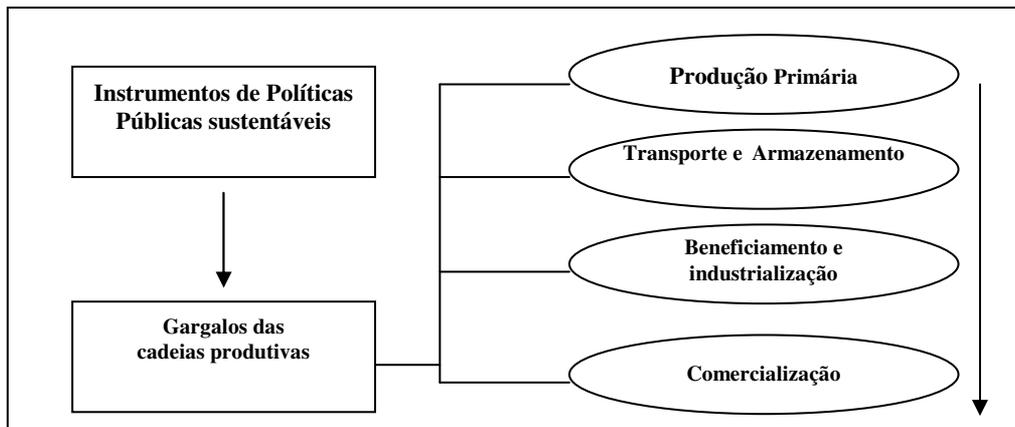
A Zona Fraca no Amazonas Verde

O Programa Zona Franca Verde é a proposta do Governo do Estado do Amazonas para melhorar a qualidade de vida do povo do interior, por meio do uso sustentável das florestas, rios, lagos, igarapés, várzeas e campos naturais e do permanente cuidado com a conservação de nosso patrimônio natural.

O programa Zona Franca Verde (ZFV) foi concebido com a missão de enfrentar os descaminhos sociais e ambientais que acompanham o Amazonas desde a ruína do ciclo econômico da borracha, aliados aos desafios proporcionados pelas imensas distâncias, heterogeneidades, dificuldades logísticas e custos de transporte do maior estado brasileiro.

Desta forma, se torna importante fortalecer a economia do interior do Estado, através da Agricultura e da Pecuária, para acumulação de capital e posterior transferência para os demais setores da economia. A estratégia do PZFV é baseada num enfoque direcionado para resolver os gargalos da cadeia produtiva identificados pelos agentes econômicos envolvidos (Figura 1).

Figura 1: Estratégia do Programa Zona Franca Verde



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)Planejamento

Como todo programa de governo o Zona Franca Verde precisa de um amparo financeiro com base na utilização e liberação de crédito para fomento do produtor, cujo propósito resulta no aumento da produção e dinamização dos recursos na cadeia produtiva; desta busca por meio do incentivo ao crédito expandir a cadeia produtiva,

acarretando em uma melhora da qualidade de vida e maior fluxo de capital no setor primário da economia.

Dos créditos disponíveis, podemos destacar a evolução do uso do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Vejamos, no quadro abaixo, os investimentos do ZFV durante os anos 2003-2007 com recursos do FMPES:

Quadro 1: Consolidação dos Investimentos do ZFV entre 2003 a 2007.

Nº	ATIVIDADE	Nº OP.	VALOR
1	Malva	404	847.306,22
2	Pesca Artesanal (Custeio)	234	253.700,01
3	Pesca Artesanal (Máq. e Equipamentos)	224	950.829,28
4	Mandioca (Custeio)	146	318.372,58
5	Mandioca (Máq. e Equipamentos)	53	120.380,62
6	Agricultura Familiar	46	92.482,69
7	Infra-estrutura Pecuária	22	172.326,53
8	Laranja	16	127.753,96
9	Coco	14	117.659,14
10	Açaí	10	92.411,22
SUBTOTAL		1.169	3.093.222,25
OUTROS		25	138.695,06
TOTAL		1.194	3.231.917,31

Fonte: AFEAM, 2007

Os recursos do FMPES foram, direcionados para atender o programa governamental Zona Franca Verde, onde a AFEAM atua prioritariamente na concessão de crédito através da operacionalização do Cartão Zona Franca Verde. Com o Cartão Zona Franca Verde, o financiado tem crédito tanto para livre movimentação como para compra de máquinas e equipamentos, de acordo com o tipo de negócio.

Mas, esta é a parte governamental, lancemos outro olhar aos dados oficiais para ver os interstícios dentro do programa que já se apresentam no sul e no sudoeste do estado com muito mais força.

Outras trilhas possíveis...

Para a implantação do Programa Zona Franca Verde (PZFV), no interior do estado, 61 municípios de microrregiões diferentes, com múltiplos estágios de desenvolvimento econômico, foi delimitada a

seguinte missão: promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais ecologicamente saudáveis amparados por políticas públicas integradas. (PZFBV, 2004)

A primeira questão que se problematiza é com relação ao desenvolvimento de cadeias produtivas. As cadeias produtivas se caracterizam pela integração sucessiva de atividades econômicas, em que o processo produtivo se dá de forma sucedânea. Em todas as cadeias produtivas, na maioria dos 61 municípios que compõem o estado, os problemas são os mesmos, a falta de infra-estrutura de secagem de castanhas e outros produtos, falta de transporte e armazenamento nas comunidades, falta de casas de farinhas modernas, falta de infra-estrutura de produção e beneficiamento, poucas opções de mercado, entraves burocráticos, falta de organizações civis de produção e crédito (cooperativas), deficiência de gerenciamento de áreas produtivas. Witkoski e Souza (2007) analisando o processo de incorporação ideológica desta proposta de desenvolvimento colocam que:

(...) a incorporação de novas técnicas por parte das populações locais, ainda que sejam de caráter ecológico, está ligada diretamente com a sua autonomia política, ou seja, depende de sua disposição e capacidade para absorver conhecimentos científicos e técnicas modernas, contanto que o incremento dessas práticas produtivas não destrua sua identidade étnica e seus valores culturais (LEFF, 2000). Isso revela que a implementação das políticas para o desenvolvimento sustentável não depende somente dos agentes sociais da esfera do Estado e de outros setores e segmentos que respondem pelas ações em regime de co-gestão. Depende, também, significativamente da compreensão, interesse e participação dos grupos sociais. (Witkoski e Souza, 2007 p. 9)

Uma questão que se coloca na discussão das cadeias produtivas extrativas é como transformar agricultores em coletores e neo-extrativistas? Qual processo de formação está presente no PZFBV para a capacitação de atores sociais para gerenciar a economia dos recursos naturais. Além, de dotar o interior de infra-estrutura para a produção, como está proposto no Plano Plurianual do Amazonas, 2008 -2011, é preciso que os atores estejam no processo.

Analisando outro princípio para a efetivação do PZFV, a regularização fundiária, Torquato e Freire (2007) ao apontarem que é prioridade do governo dotar o interior de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), questionam sobre o foco destas ações:

Nosso questionamento está em qual é o foco prioritário de ação na melhoria da qualidade de vida das comunidades, neste caso daquelas que vivem em unidades de conservação. Essa resposta também responde um pouco a pergunta anterior, porque criar uma unidade de conservação não é apenas um decreto, pois ela traz consigo, além de todo um processo político, a necessidade de que seus planos de uso e de manejo envolvam as populações tradicionais da área, formando lideranças, promovendo sua organização comunitária. (Torquato e Freire, 2007 p.15)

As RDS, podem se transformar em espaços de produção econômica e melhoria da qualidade de vida. Porém, deve-se observar a quem estas reservas atendem? Não queremos fazer aqui uma crítica ao programa sem qualquer sintonia com os problemas da Amazônia e principalmente do Amazonas e dos amazonenses, queremos alertar para o preço de estarmos legalizando a pilhagem de nossos recursos naturais. Lima, Soares e Anjos (2007) ao analisarem esta proposta de criação de RDS, no estado, pautando pela legalidade da regulação entendem que:

A inexistência de regulamentação legal para o PZFV retira-lhe a caracterização de dever jurídico do Estado, sendo considerado apenas um compromisso político, concluindo-se que se trata de um projeto de governo em vez de projeto de Estado, o que define e limita a sua perspectiva temporal. (Lima, Soares e Anjos, 2007 p.01)

A questão fundiária, mencionadas pelas autoras, tem gerado polêmica no Amazonas com a criação das RDS. Isto porque as RDS dispensam a necessidade de desapropriação de terras. São áreas, em grande parte, que não são regularizadas e as pessoas não conseguem ser indenizadas. Esta situação tem gerado muita discussão e até conflitos na Amazônia. Se não se regularizam as terras não há reforma agrária em sua dimensão, pois os caboclos continuam sem terras, sem direitos sobre a terra para si e para seus filhos. Pois, segundo a Lei N.º

9.985 (SNUC) as unidades de conservação de uso sustentável são constituídas por áreas públicas ou privadas cujo objetivo é disciplinar o processo de uso e ocupação do solo e promover a proteção dos recursos naturais que se encontram em seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das comunidades tradicionais que aí residem, resguardando as condições ecológicas das mesmas, mantendo paisagens e atributos culturais relevantes.

Nossa segunda questão refere-se ao objetivo do programa e sua perspectiva de atendimento sobre o pretexto de melhoria da qualidade de vida. O conceito de qualidade de vida é um processo, conceituá-la dependeria da autodeterminação do próprio sujeito e será sempre graduada de acordo com as necessidades de cada um, devendo, portanto, as ações governamentais desenvolvidas observar e respeitar a diversidade cultural dos sujeitos envolvidos no momento de sua proposição e efetivação, a denominada gestão participativa, como propõe o PZFFV. Segundo Leff (2001):

O conceito de qualidade de vida coloca a ênfase nos aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação através de programas de benefício social [...] A canalização de importantes recursos econômicos para promover o consumo (para a venda de mercadorias) gera uma produção ideológica de necessidades, desencadeando um desejo insaciável e uma demanda inesgotável de mercadorias. (Leff 2001, p. 43)

A qualidade de vida é uma conquista demorada e exige de nós, uma pergunta sempre constante: que padrão de vida queremos? É preciso que a suposta qualidade de vida passe pelo menos por alguns dos índices consolidados no IDH. Se não estaremos inebriados achando que a floresta nos uni e nos salva. E com isso observar, com base em Leff (1994) que estes padrões defendidos na esfera governamental e por alguns “Ecos” desenvolvimentistas se articulam nos processos discursivos, ideológicos, teóricos, técnicos e institucionais, que orientam e legitimam o comportamento social frente à natureza, assim como às ações que se projetam para a construção de uma racionalidade ambiental que possa ocorrer numa prática de um processo de gestão participativa da sociedade sobre os seus recursos produtivos, voltada para os fins de um desenvolvimento sustentável.

Esta possível promoção da qualidade de vida, por meio da satisfação das necessidades objetivas e subjetivas, que perpassam pelo

campo da cultura destas populações (Diegues, 2006). Será um grande desafio para os agentes sociais responsáveis direta e indiretamente pelo projeto PZFFV promover a sustentabilidade cultural (Sachs, 1993) destas populações tão diversas, se as ações continuarem ocorrendo de cima para baixo.

Conclusão

Hoje o sucesso do PZFFV restringe-se a casos isolados e a uma forte campanha de marketing com a intenção de colocar o Amazonas no centro das atenções nacionais e internacionais. Outro aspecto é uma pilhagem dos recursos madeireiros sobre a garantia de um uso manejado e sustentável. As intervenções do Projeto ZFFV-BIRD não foram sentidas ainda no interior, pois o projeto desconhece em parte a realidade dos municípios. Induzir o desenvolvimento é antes de tudo, promover melhorias sociais, econômicas, políticas, infra-estruturais, culturais capazes de melhorar os índices de qualidade de vida, mesmo que muitos ecologistas “do submundo” achem que devemos revê-los.

Uma preocupação constante deve ser com avanço do capitalismo na fronteira sul do Estado. Lugar de pouca ação do governo para o dito “desenvolvimento”. Pois, é nestes municípios que se registra os maiores índices de desmatamento e queimadas do estado, grilagem de terras, baixo IDH em torno de 0.54, elevado custo de transporte rodoviário, extensa malha hidroviária; sistemas de geração de energia elétrica isolados e de elevado custo; baixa proporção da superfície do estado regularizada em termos fundiários; grande números de seringais desativados. Além disso, com diversos condicionantes de ordem política como: a ausência do poder público (com atribuição federal em grandes áreas); pequeno repasse de recursos federais para apoio às ações do Estado; e a existência residual de políticas antigas que estimularam direta ou indiretamente o desmatamento como: assentamentos mal concebidos, falta de regularização fundiária, escassez de crédito direcionado e assistência técnica incipiente, ausência de unidades de conservação e inexistência de novas políticas integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região, incluindo ordenamento territorial.

Um breve olhar para alguns problemas da fronteira sul, revela que em Apuí os conflitos agrários envolveram a morte de um agricultor e os índios da etnia Tenharim instituíram, cobrança de pedágio na BR 230 (Transamazônica).

Em Boca do Acre, os conflitos pela terra ocorrem em 2007, no Seringal Pirapora e Novo Andirá, diversas famílias de extrativistas

foram ameaçadas pelos invasores e tiveram suas casas queimadas. Em Lábrea, os conflitos existem desde 2006, onde agricultores e seringueiros denunciaram agressões contra as famílias acampadas no ramal Mendes Jr. Em 2007, já eram 1,5 mil famílias envolvidas no conflito. Em 2008, três trabalhadores morreram no conflito com grileiros. Em Camutama, a grilagem é o grande problema a ser resolvido. Em Guajará agentes da Comissão Pastoral da Terra foram alvejados pela polícia militar.

Este mosaico de lutas pela terra, no sul do estado, será o estopim para novos conflitos. A grilagem de terras em Guajará e as vastas áreas de terras devolutas ocupadas pelos seringais em Ipixuna, Eirunepé, Itamarati dão margem a retirada de madeira ilegal em larga escala e formação de pastagens, dos empresários acreanos ao longo da Rodovia 194, BR 364 e BR 307. O avanço do capital já é sentido no sul do estado e o PZFFV ainda não conseguiu resolver este problema. Para Menezes (2006):

O esforço de ordenamento territorial realizado no sul do Estado, que incluiu a criação de um estratégico mosaico de unidades de conservação em Apuí, também não conseguiu evitar o aumento do desmatamento naquele município, em 2005, e nem o recrudescimento dos conflitos fundiários. (Menezes, 2006 p. 03)

A parte ou apático a estes conflitos o governo através do Programa Zona Franca Verde (PZFFV), priorizou como base dos investimentos o acesso dos investidores para dar acesso as “ condições para o uso sustentável das potencialidades identificadas no Amazonas” (SUFRAMA, 1999).

A respeito da Regularização fundiária mesmo sendo garantido o direito a agricultura e a pesca, a posse da terra não se efetiva. Como indenizar populações inteiras ligadas a terra e aos lagos, culturalmente unidas e socialmente organizadas. Um dos desafios do PZFFV é desmistificar o que são essas reservas e os processos de preservação, diferente daqueles que estão acostumados, e ensinar aos ribeirinhos a administrarem espaços coletivos em espaços que, anteriormente, eram privados.

O Amazonas é o Estado brasileiro que se encontra em posição estratégica para a utilização de forma eficiente e inteligente dos recursos na melhoria da qualidade de vida, especialmente dos segmentos mais empobrecidos da população. Entretanto a extração criminosa e desordenada de madeira no interior do estado bem como a

pesca ilegal de peixes ornamentais e a expansão desordenada da fronteira agrícola no sul do Amazonas tem contribuído para o empobrecimento ecológico do Estado do Amazonas.

Desta forma se torna importante fortalecer a economia do interior do Estado, através da Agricultura e da Pecuária, para acumulação de capital e posterior transferência para os demais setores da economia. Há também a necessidade de aumentar a produção de pescado e de frutas tropicais, para a exportação e aumentar o grau de auto-suficiência no abastecimento agropecuário onde estas metas estão sendo atingidas, de maneira a garantir a sua continuidade de forma economicamente viável.

Referências

AMAZONAS. Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (ZFV). Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2002.

AMAZONAS. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul e Sudoeste do Estado do Amazonas.. Grupo Permanente de Trabalho Intersecretarial para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2003.

_____. IDAM. Ciclos de Desenvolvimento. Manaus, 20p. 1995.

_____. IDAM. Planos Operativos de 1997 a 1998. Manaus, 30p. 1995.

_____. IDAM. Quadros Consolidados das atividades ATER e Fomento de 1997 a 1998. Manaus, 40p. 1998.

_____. IDAM. Relatório das Atividades Assistidas de 1997 a 1998. Manaus. 60p. 1995.

AFONSO, Henrique. O alto Juruá acreano: história, povo e natureza. Brasília: Câmara Legislativa Federal, 2005.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão. O desenvolvimento sustentável entre o discurso e a prática. Natal: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BENTES, Rosalvo Machado. A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus. Dissertação - Belém, NAEA, 1993.

BEZERRA, Eron. A farsa do Terceiro Ciclo. Manaus, Ed. Valer, 1998.

BEZERRA, Eron. Os “grandes” projetos da Amazônia. Manaus, Ed. Valer, 1998.

CUNHA, Manoela C. da, e ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Enciclopédia da floresta. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DIEGUES, A. C. (1996). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC

FERREIRA, Marcio A. Moreira. O desenvolvimento do Capitalismo em Manaus. EDUA/SEC. Manaus, 2003.

LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000

_____. Epistemologia Ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2001^a.

LIMA, Arlete B.; SOARES, Natanael D.; ANJOS, Teresa C.E.. Cadeias produtivas locais e inclusão social no programa zona franca verde: uma abordagem teórica. Programa de mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas : PPGDA/UEA, 2007.

NINA, Frederico Gaia. Terceiro Ciclo: Interiorização do Desenvolvimento. Monografia. Faculdade de Estudos Sociais – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Brasil, 1999. 113p.

MAURINHO, L. dos S, VIEIRA, W. da C. V. Agricultura na virada do milênio: Velhos e novos desafios. Viçosa. 2000

MENEZES, Mário. Os Sinais Amarelos da Zona Franca Verde. Manaus. GTA, 2009. Disponível em www.gta.org.br/noticias_exibir.php? Acesso em 10 de mar.2009.

TORQUATO, Carla Cristina Alves e FREIRE, Cristiniana Cavalcanti. Sustentabilidade urbana e qualidade de vida: um breve perfil da criação e implementação das unidades de conservação como ação do programa Zona Franca Verde. Programa de mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas : PPGDA/UEA, 2007.

WITKOSKI, Antônio Carlos e SOUZA, Davyd Spencer Ribeiro. O mundo como invenção: uma análise do surgimento e formação da reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, RECIFE (PE).